



Fesudeperj

Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

1º SIMULADO GRATUITO DA PROVA OBJETIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FESUDEPRJ

1ª FASE | PROCESSO SELETIVO – 1º SEMESTRE DE 2020

Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas, numeradas de 01 a 90.

Leia cuidadosamente todas as questões.

A duração da prova é de 5h, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

02/05/2021

BANCA 1

1) Júlio, casado pelo regime da comunhão parcial de bens com Alice, tem duas filhas deste casamento: Lúcia e Maria. No dia 20 de dezembro de 2020, Júlio e Lúcia faleceram em razão de acidente automobilístico, sem que tenha sido possível provar o exato momento da morte de cada um. Considerando que Lúcia faleceu no estado civil de casada pelo regime da comunhão universal de bens com Jorge e não deixou descendentes, assinale a alternativa correta:

- a) Caso Júlio tenha deixado apenas bens particulares, sua herança será partilhada entre Alice, Lúcia e Maria, sendo certo que Jorge fará jus ao recebimento da cota-parte de Lúcia, na qualidade de único herdeiro da mesma.
- b) Caso Júlio tenha deixado apenas bens comuns de sua união com Alice, sua herança será entregue apenas a Maria.
- c) Alice será única herdeira de Lúcia no recebimento da herança desta, já que Jorge não é herdeiro em concorrência com o ascendente em razão do regime de bens do casamento.
- d) A herança de Lúcia será repartida em 3 partes: a Alice caberá 1/3; a Jorge caberá 1/3 e Maria representará o pai no recebimento de seu quinhão hereditário correspondente a 1/3 da herança.
- e) Lúcia é considerada herdeira de Júlio e sua cota-parte será partilhada entre Jorge e Alice, seus únicos herdeiros.

2) Sobre a responsabilidade civil estabelecida no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados, assinale a alternativa incorreta:

- a) As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas no Código de Defesa do Consumidor.
- b) O operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador.
- c) Os agentes de tratamento não serão responsabilizados quando provarem que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído.

d) O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes.

e) Os agentes de tratamento de dados são responsabilizados ainda que provem que o dano é decorrente de culpa exclusiva de terceiro.

3) A respeito das chamadas obrigações *propter rem*, assinale a alternativa correta:

a) Segundo entendimento do STJ, a natureza *propter rem* da obrigação de pagar cota de condomínio autoriza a execução de título judicial em face de coproprietário que, sem o exercício do contraditório na fase de conhecimento, não participou da sua constituição.

b) Segundo entendimento do STJ, o acordo firmado entre o ocupante do imóvel, promissário comprador, e o Condomínio, responsabilizando-se aquele pelo pagamento da dívida condominial, libera o proprietário, promitente vendedor, de responsabilidade pelo pagamento do referido débito.

c) A existência de associação, a fim de reunir moradores com o objetivo de defesa e preservação de interesses comuns em área habitacional, possui o caráter de condomínio e, portanto, possui natureza de dívida *propter rem*.

d) As despesas condominiais são de natureza *propter rem* e, tendo constado do edital de praça a existência de ônus sobre o imóvel, é de responsabilidade do arrematante o pagamento de tais dívidas, ainda que anteriores à arrematação.

e) Havendo mais de um proprietário do imóvel, a responsabilidade pelo adimplemento das cotas condominiais é solidária, entendendo o STJ pela existência de litisconsórcio necessário entre os coproprietários.

4) A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:

a) É possível compelir pessoa consciente a se submeter, contra sua vontade, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, desde que haja risco de vida.

b) A recusa terapêutica à submissão a tratamento médico é um direito do paciente a ser respeitado pelo médico, desde que esse o informe dos riscos e das consequências previsíveis de sua decisão.

c) Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

d) O titular pode consentir, de forma gratuita ou remunera, com a utilização de sua imagem, sendo certo que o desvio de finalidade do uso enseja reparação civil por dano moral.

e) A vontade dos absolutamente incapazes é juridicamente relevante na concretização de situações existenciais a eles concernentes, desde que demonstrem discernimento bastante para tanto.

5) Assinale a alternativa incorreta a respeito dos contratos bancários, segundo entendimento do STJ:

a) O prazo prescricional para as ações revisionais de contrato bancário, nas quais se pede o reconhecimento da existência de cláusulas contratuais abusivas e a consequente restituição das quantias pagas a maior, é decenal, na vigência do Código Civil de 2002.

b) As instituições financeiras se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura.

c) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada fique cabalmente demonstrada.

d) A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara.

e) Nos contratos bancários, a mora do devedor é descaracterizada quando houver cobrança abusiva dos chamados encargos do “período da normalidade”, juros remuneratórios e capitalização dos juros.

6) A respeito da obrigação alimentar e do cumprimento de sentença que reconhece exigibilidade da obrigação de pagar alimentos, assinale a alternativa incorreta:

a) O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

b) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

- c) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.
- d) A sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento produz efeitos a partir do seu trânsito em julgado.
- e) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da citação.

7) Assinale a opção que não representa o posicionamento do STJ sobre reconhecimento de direitos do consumidor:

- a) A responsabilidade do hospital é objetiva quanto à atividade de seu profissional plantonista, de modo que dispensada demonstração da culpa do hospital relativamente a atos lesivos decorrentes de culpa de médico integrante de seu corpo clínico no atendimento.
- b) Gera dano moral indenizável a conduta do hospital que exige cheque caução para o atendimento emergencial de familiar, pois evidenciada a situação de vulnerabilidade do consumidor submetido a coação psicológica.
- c) A operadora do plano de saúde responde de forma objetiva e solidária perante o consumidor pelos defeitos em sua prestação, seja quando os fornece por meio de hospital próprio e médicos contratados ou por meio de médicos e hospitais credenciados.
- d) A vedação à denúncia da lide estabelecida no artigo 88 do CDC se limita à responsabilidade por fato do produto, não sendo aplicável nas demais hipóteses de responsabilidade por acidentes de consumo.
- e) As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias.

8) Assinale a alternativa incorreta a respeito da prescrição:

- a) O devedor pode renunciar à prescrição, expressa ou tacitamente, após o fim do prazo.
- b) A prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, embora não possa ser reconhecida de ofício pelo juiz.
- c) Pela teoria da *actio nata*, a prescrição flui a partir do conhecimento inequívoco da lesão ou violação do direito pelo seu titular.
- d) Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade civil contratual, aplica-se a regra geral que prevê o prazo de dez anos de prazo prescricional.
- e) Não corre prazo prescricional ou decadencial contra os absolutamente incapazes.

9) Sobre os defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A falsa noção em relação a uma pessoa, ao objeto ou a um direito que acomete a vontade conduz à anulabilidade do negócio jurídico.
- b) O falso motivo pode levar à anulação quando é a causa ou motivo principal do negócio.
- c) O dolo que não recai sobre circunstâncias elementares do negócio não leva à anulação mas pode ensejar reparação por perdas e danos.
- d) Os excessos genéricos de linguagem de propaganda publicitária são tolerados juridicamente e não tornam o negócio anulável, desde que não remetam a elemento que possa ser aferido de forma objetiva.
- e) A coação, ainda que praticada por terceiro, sempre invalida o negócio jurídico.

10) A respeito dos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os direitos da personalidade são regulados de maneira não-exaustiva pelo Código Civil.
- b) A pessoa jurídica também possui direitos da personalidade, aplicando-se a ela, no que couber, a proteção que a Lei dispensa aos direitos da personalidade da pessoa humana.

c) A tutela dos direitos da personalidade pelo ordenamento jurídico é feita por meio de prevenção e reparação integral.

d) A lesão a direito da personalidade configura o dano moral.

e) A compensação pecuniária não é o único modo de reparar o dano extrapatrimonial.

11) A Lei 12965/14, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. A respeito das regras trazidas pela normativa e do entendimento do STJ a respeito de sua aplicação, assinale a alternativa incorreta:

a) Segundo entendimento fixado pelo STJ, a Lei se aplica mesmo a casos ocorridos antes de sua entrada em vigor.

b) Segundo entendimento do STJ, a exposição não consentida de imagens com conteúdo sexual, ainda que não haja ato sexual com conjunção carnal, enseja responsabilidade civil subsidiária do provedor se, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, não tornar o conteúdo indisponível, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço.

c) Salvo hipóteses excepcionais previstas na própria Lei, havendo divulgação da imagem de alguém sem autorização, o provedor de aplicações só é responsabilizado civilmente pelos danos causados se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo.

d) Até a entrada em vigor da referida Lei, o STJ adotava a tese da responsabilidade subjetiva dos provedores de aplicações, decorrente da inércia em retirar o conteúdo lesivo após simples comunicação da vítima.

e) O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

12) Assinale a alternativa incorreta a respeito da sucessão causa mortis:

- a) Com a abertura da sucessão, há transmissão imediata da herança aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b) O legatário adquire a propriedade, mas não a posse imediata dos bens com o falecimento do autor da herança.
- c) Se o testador tiver deixado ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou colateral até o quarto grau, denominados herdeiros necessários, deve respeitar a legítima dos mesmos.
- d) É ineficaz a cessão de bem pelo coerdeiro do seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.
- e) Segundo entendimento do STJ, o prazo de 180 dias para coerdeiro exercer seu direito de preferência na aquisição da cota-parte do cedente começa a fluir a partir da ciência efetiva da cessão dos direitos hereditários e não da transmissão do quinhão.

13) Sobre o fim da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) A morte da pessoa natural pode ser real ou presumida, a qual depende necessariamente de prévio processo de declaração de ausência.
- b) A ausência é um procedimento que visa proteger os bens do ausente e tem como consequência a transmissão da propriedade aos herdeiros a partir do trânsito em julgado da sentença que declara a ausência.
- c) Caso o ausente retorne após 2 anos da sucessão definitiva, recebe os bens no estado em que os deixou, fazendo jus à indenização caso tenham se perdido ou deteriorado.
- d) O ausente é considerado relativamente incapaz enquanto perdurar a situação de ausência.
- e) Com a sucessão provisória, os herdeiros podem ser imitados na posse dos bens, desde que prestem caução, salvo herdeiros necessários, não podendo alienar os bens sem autorização judicial.

14) Sobre as regras atinentes à capacidade do agente e à validade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta:



Fesudeperj

Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

- a) Incapacidade relativa é exceção pessoal que só pode ser alegada em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo indivisibilidade do objeto da obrigação ou do direito.
- b) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte.
- c) O negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz é anulável no prazo decadencial de 4 (quatro) anos, contado do dia em que cessar a sua incapacidade.
- d) A doutrina majoritária admite, excepcionalmente, a validade dos pequenos negócios jurídicos celebrados por absolutamente incapazes sem representante, desde que dotados de ampla aceitação social.
- e) As pessoas com deficiência submetidas à curatela só podem praticar validamente atos da vida civil, relacionados a direitos de qualquer natureza, por meio de curador.

15) Assinale a alternativa correta a respeito do direito real de habitação:

- a) É reconhecido ao cônjuge sobrevivente em qualquer regime de bens, salvo no regime da separação total.
- b) Segundo entendimento do STJ, a copropriedade anterior à abertura da sucessão não impede o reconhecimento do direito real de habitação.
- c) Seu reconhecimento independe de o cônjuge sobrevivente possuir outro bem de qualquer natureza.
- d) Segundo entendimento do STJ, o direito real de habitação pode ser invocado em demanda possessória pelo companheiro sobrevivente, desde que se tenha buscado em ação declaratória própria o reconhecimento de união estável.
- e) Aos herdeiros é autorizado exigir a extinção do condomínio e a alienação do bem imóvel comum enquanto perdurar o direito real de habitação.

16) De acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência dos tribunais superiores, marque a assertiva correta:

- A) A Defensoria Pública do DF pende de previsão constitucional quanto a sua autonomia administrativa;
- B) O Governador do Estado deve submeter o nome do Defensor Público Geral escolhido em lista tríplice a sabatina na Assembleia Legislativa;
- C) Os Defensores Públicos possuem foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal;
- D) A Defensoria Pública e advocacia são tratadas na mesma seção constitucional;
- E) A Defensoria Pública não está vinculada a estrutura do Poder Executivo.

17) De acordo com a estrutura de órgãos da Defensoria Pública, marque a assertiva correta:

- A) A Subcorregedoria Geral é órgão da administração superior;
- B) O Ouvidor Geral é órgão de suporte e assessoramento;
- C) O Defensor Público é órgão de atuação;
- D) O Conselho Superior é órgão da administração superior;
- E) Os núcleos são órgãos de execução.

18) De acordo com o rol de funções institucionais da Defensoria Pública, marque a assertiva incorreta:

- A) Apenas a Lei Nacional da Defensoria Pública concentra a legitimidade para a tutela coletiva;
- B) A Defensoria Pública pode atuar nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, postulando em seus órgãos;
- C) A execução das verbas sucumbenciais não possui nenhuma limitação financeira prevista na lei nacional;
- D) A condição econômica não é avaliada para atuação enquanto curador especial;
- E) A Defensoria Pública pode utilizar a arbitragem como método de solução de conflitos.

19) De acordo com o rol de impedimentos e suspeições previstos na lei nacional e estadual, marque a assertiva correta:

- A) O impedimento pode ser reconhecido fora das hipóteses previstas em lei, por convenção das partes;
- B) A suspeição por foro íntimo não depende da indicação dos motivos ao Defensor Público Geral;
- C) O impedimento pode ser arguido pelas partes, caso o Defensor Público se quede inerte;
- D) O defensor que acompanha a parte em primeiro grau fica impedido de tutelar seus interesses em grau recursal;
- E) A arguição de impedimento não constitui dever dos membros da instituição.

20) Sobre a evolução constitucional da Defensoria Pública, marque a assertiva correta:

- A) A Constituição de 1988 foi a primeira a mencionar o termo assistência judiciária;
- B) O conceito de assistência jurídica foi introduzido pela Carta de 1967;
- C) A autonomia da Defensoria Pública veio consolidada desde o texto originário da Constituição de 1988;
- D) A Constituição de 1937 foi omissa em relação à assistência judiciária;
- E) A Constituição de 1946 foi expressa ao eleger o modelo dativo como o dedicado à prestação da assistência jurídica aos necessitados.

21) Sobre a apresentação da resposta do réu, marque a assertiva correta:

- A) O Ministério Público detém a prerrogativa de contestação por negativa geral;
- B) A reconvenção deve ser apresentada em petição separada, enquanto o pedido de contraposto deve constar do corpo da contestação;
- C) O prazo para contestar no processo civil é de 15 dias contado da data da juntada do mandado, em

qualquer hipótese.

D) Nas ações de família, o ato de citação não será acompanhado da cópia da petição inicial;

E) No âmbito dos Juizados Especiais Cíveis a contestação deve ser apresentada de forma escrita.

22) De acordo com as hipóteses de recorribilidade no processo civil, marque a assertiva correta:

A) O juízo de admissibilidade da apelação é realizado pelo próprio órgão de primeiro grau de jurisdição;

B) Inexiste efeito regressivo no recurso de apelação;

C) Os prazos dos recursos no processo civil, excetuados os embargos de declaração, são de 15 dias.

D) O agravo retido é cabível sempre que a decisão atacada não oferecer risco ao perecimento em direito ou quando a decisão for proferida em audiência;

E) Não se admite sustentação oral em agravo de instrumento.

23) De acordo com o regime de capacidade das partes no processo civil, marque a assertiva incorreta:

A) O réu sem representante legal será patrocinado pelo Ministério Público e curadoria especial;

B) A procuração outorga ao advogado os poderes para o foro em geral, sendo necessária a menção aos poderes especiais;

C) A incapacidade processual, por si só, não leva à concessão da gratuidade de justiça de forma automática;

D) O curador é responsável pela representação da herança jacente;

E) Certificada a incapacidade processual e expirado o prazo para regularização, caberá ao juiz determinar a extinção do processo, caso o vício não seja sanado pelo autor.

24) Sobre a Defensoria Pública no Código de Processo Civil, marque a assertiva correta:

A) O Defensor Público não detém prerrogativa de prazo em dobro prevista no código;

B) A legitimidade para a instauração do IRDR restringe-se à Defensoria Pública da União;

C) É vedado à Defensoria Pública instaurar procedimentos de jurisdição voluntária;

D) Onde não houver Defensoria Pública, o Código de Processo Civil determina que as Procuradorias

dos Estados e Municípios atuem em favor dos necessitados;

E) A função de curador especial é exercida pela Defensoria Pública.

25) Sobre a gratuidade de justiça, marque a assertiva que não indica uma isenção abrangida pelo benefício:

A) O pagamento do ITD no inventário;

B) Os selos postais;

C) As taxas ou as custas judiciais;

D) O custo com a elaboração da memória de cálculo, quando exigida para a instauração da execução;

E) Os honorários do perito.

26) Sobre o termo de ajustamento de conduta, marque a assertiva correta:

A) Ainda que homologado pelo juiz, o termo de ajustamento de conduta detém natureza de título executivo extrajudicial;

B) Por força de previsão legal expressa, as associações podem firmar termo de ajustamento de conduta;

C) O termo de ajustamento de conduta firmado por um legitimado pode ser executado pelo co-legitimado;

D) A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela coletiva não a autoriza a firmar termo de ajustamento de conduta;

E) O Ministério Público não pode celebrar termo de ajustamento de conduta na condução inquérito civil.

27) Sobre o microsistema da tutela coletiva, marque a assertiva correta:

- A) A ação de improbidade administrativa não é considerada modalidade de ação civil pública;
- B) O Código de Defesa do Consumidor não contém disposições sobre tutela coletiva;
- C) O Código de Processo Civil permite a conversão da ação individual em ação coletiva;
- D) O Habeas Corpus, conforme entendimento jurisprudencial, pode ser impetrado em favor de coletividade determinada;
- E) A migração pendular das partes nas ações coletivas não possui previsão legal, sendo fruto de construção jurisprudencial.

28) De acordo com a atuação da Defensoria Pública na tutela coletiva, marque a assertiva correta.

- A) A legitimidade da Defensoria Pública surge na alteração da Lei n. 7.347/85, inexistindo previsão anterior em outro diploma;
- B) A Defensoria Pública não pode patrocinar ações coletivas para interesses difusos;
- C) O STF entende que a execução individual do título executivo coletivo depende da demonstração da hipossuficiência econômica da parte.
- D) A Constituição Federal não reconhece a legitimidade da Defensoria Pública para a tutela coletiva;
- E) Ao atuar no polo ativo de uma ação coletiva, a Defensoria Pública não pode atuar em favor da parte que ocupa o polo passivo, ainda que seja hipossuficiente econômica.

29) Marque a assertiva que contém uma parte não legitimada para a Ação Civil Pública:

- A) Distrito Federal;
- B) Associações constituídas há pelo menos 1 ano;
- C) Defensoria Pública;
- D) Cidadão portador de título eleitoral;
- E) Ministério Público.

30) Sobre o regime processual das ações civis públicas, marque a assertiva correta:

- A) Nas ações coletivas as custas devem ser adiantadas pela associação autora e em caso de

improcedência do pedido, será o autor condenado ao pagamento de honorários;

B) O Código de Processo Civil tem aplicação subsidiária nos processos coletivos;

C) A coisa julgada está limitada aos limites territoriais do órgão prolator, conforme decisão recente do STF;

D) Transitada em julgado a ação coletiva se, em 30 dias, a associação não promover a execução, poderá o Ministério Público ou os demais legitimados a promover;

E) Admite-se ação coletiva para veicular matéria tributária por expressa previsão legal.

BANCA 2

31) A respeito dos princípios fundamentais do Direito Penal, assinale a opção incorreta:

a) De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da insignificância afasta a tipicidade do fato.

b) O princípio da intervenção mínima no Direito Penal encontra reflexo nos princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.

c) Constituem funções do princípio da lesividade, proibir a incriminação de atitudes internas, de condutas que não excedam a do próprio autor do fato, de simples estados e condições existenciais e de condutas moralmente desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.

d) Segundo o princípio da legalidade (*nullum crimen nulla poena sine lege certa*), a taxatividade penal admite que os tipos penais sejam abertos ou vagos, possibilitando, assim, todas as formas de integração da lei, como a analogia.

e) O princípio da culpabilidade impede a chamada responsabilização penal objetiva.

32) Analise as afirmativas a seguir sobre aplicação da lei penal tempo e assinale com V as opções verdadeiras e (F) para opções falsas.

() De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei posterior mais gravosa se aplica ao crime permanente e ao crime continuado, desde que não tenha cessado a permanência ou a continuidade delitiva.

() Segundo o Código Penal, as leis temporárias e as leis excepcionais podem ser consideradas hipóteses de ultra atividade da lei penal.

() Com relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, considerando praticado o crime no momento da ação ou omissão, assim como no momento da produção do resultado, no todo ou em parte.

() A chamada *novatio legis in melius* possui aplicação retroativa, visto que a Constituição da República admite a retroatividade da lei penal apenas em benefício do réu.

() A lei posterior que deixa de considerar determinado fato como crime (*abolitio criminis*) é causa extintiva da punibilidade, extinguindo em virtude dela os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.

Assinale a sequência correta.

- a) V V F F F
- b) F F V V V
- c) V V F F V
- d) F F V V F
- e) V V F V F

33) CAIO, com o desejo de matar seu inimigo MÉVIO, se dirige a residência deste carregando um revólver calibre .38 devidamente municiado. CAIO ao chegar na residência de MÉVIO, se depara com ele dormindo, deitado no sofá. Neste momento, agindo com *animus necandi*, CAIO efetua disparos com o revólver, atingindo MÉVIO seis vezes. Posteriormente, a perícia médico legal veio concluir que MÉVIO havia falecido horas antes dos disparos sofridos, em decorrência de uma intoxicação exógena, provocada pela ingestão prévia de veneno, assim como a perícia de local localizou uma carta de despedida de MÉVIO, que explicava os motivos pelos quais ele decidiu tirar a própria vida. Considerando apenas as informações acima, podemos afirmar que CAIO deverá responder criminalmente por:

- a) Homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima, na forma consumada.
- b) Homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima, na forma tentada, uma vez a ingestão prévia de veneno pela vítima deve ser considerada como causa preexistente absolutamente independente, nos termos do art. 13 do Código Penal, que por si só produziu o resultado, não podendo CAIO ser responsabilizado pelo evento morte.

- c) Homicídio qualificado pelo recurso que dificultou a defesa da vítima, na forma tentada, uma vez que a ingestão prévia de veneno pela vítima deve ser considerada como causa preexistente relativamente independente, não podendo CAIO ser responsabilizado pelo resultado morte.
- d) Crime de vilipêndio a cadáver, uma vez que a ingestão prévia de veneno pela vítima deve ser considerada como causa preexistente relativamente independente, não podendo CAIO ser responsabilizado pelo resultado morte.
- e) Nenhum crime, haja vista a ocorrência de crime impossível pela absoluta impropriedade do objeto.

34) De acordo com a jurisprudência do STF e STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para a incidência da majorante prevista no art. 40, inciso V, da Lei 11.343/2006, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da Federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- b) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- c) A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.
- d) É admissível a fixação de pena substitutiva (art. 44 do CP) como condição especial ao regime aberto.
- e) Não é possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP nos casos de crime de furto qualificado, salvo se estiverem presentes os requisitos e a qualificadora for de ordem objetiva.

35) CAIO, em 21/09/2020, praticou um crime de furto qualificado pelo emprego de chave falsa. Após a apuração dos fatos em sede policial e o recebimento da denúncia ministerial, CAIO passou

a figurar como réu na ação penal deflagrada junto à 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital. No dia 07/12/2020 CAIO volta a delinquir, praticando agora um delito de estelionato que originou outra ação penal, distribuída para a 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital. Certo é que o juízo da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital condenou CAIO a uma pena de 02 (dois) anos de reclusão em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direito, cujo trânsito em julgado ocorreu no dia 07/02/2021. Por conseguinte, CAIO foi preso em flagrante no dia 10/02/2021 ao praticar um roubo simples, com a respectiva ação penal distribuída para 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. Considerando as situações narradas acima, assim como o fato do Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital, no dia 20/04/2021, ter proferido sentença condenatória, assinale a afirmativa correta.

- a) CAIO foi considerado primário na ação penal da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital e será considerado reincidente na ação penal em trâmite na 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
- b) CAIO foi considerado primário na ação penal da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital e será considerado reincidente nas ações penais perante a 9ª Vara Criminal e 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
- c) CAIO foi considerado primário na ação penal da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital e será considerado portador de maus antecedentes nas ações penais perante a 9ª Vara Criminal e 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
- d) CAIO foi considerado primário na ação penal da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, será considerado portador de maus antecedentes na ação penal perante a 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital e será considerado reincidente na ação penal perante a 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital.
- e) CAIO é tecnicamente primário nas três ações penais em curso.

36) Julgue os itens abaixo, assinalando a alternativa incorreta:

- a) Os prazos prescricionais são reduzidos pela metade, quando o agente, ao tempo do crime, possuía menos de vinte e um anos de idade.
- b) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.
- c) A prescrição da pretensão executória, no caso de evasão do condenado, regula-se pelo tempo que resta da pena.
- d) Nos casos de prescrição da pretensão punitiva, os prazos são aumentados em um terço se o

condenado é reincidente.

e) A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

37) MÉVIO, primário e de bons antecedentes, no dia 25/01/2020 praticou um delito de roubo, vindo a ser condenado a reprimenda de 06 (seis) anos de reclusão, em razão do aumento de metade da pena pelo emprego de arma branca e concurso de pessoas, sendo estabelecido o regime fechado de cumprimento de pena, nos termos do art. 2º, §1º da Lei 8.072/90 (*A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado*). Diante da referida condenação, é possível alegar:

a) Apenas o afastamento da majorante do emprego de arma branca, tendo em vista a *novatio legis in mellius* operada pela Lei 13.654/2018, que suprimiu essa causa de aumento.

b) Apenas o estabelecimento do regime semiaberto por força da declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, §1º da Lei 8.072/90 pelo Supremo Tribunal Federal.

c) O afastamento da majorante do emprego de arma branca, tendo em vista a *novatio legis in mellius* operada pela Lei 13.654/2018 que suprimiu essa causa de aumento; e o estabelecimento do regime semiaberto por força da declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, §1º da Lei 8.072/90 pelo Supremo Tribunal Federal.

d) A aplicação de uma só causa aumento, diante do concurso de causas de aumento previstas na parte especial, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente e o estabelecimento do regime semiaberto por força da declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, §1º da Lei 8.072/90 pelo Supremo Tribunal Federal.

e) A aplicação de uma só causa aumento, diante do concurso de causas de aumento previstas na parte especial, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente e o estabelecimento do regime semiaberto, uma vez que tal delito não é considerado hediondo, assim como o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não

sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

38) A respeito da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), assinale a opção correta.

- a) A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), modificou a Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), ao deixar de considerar como crime a posse e o porte de arma de uso permitido, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais de eventual sentença condenatória.
- b) A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), modificou a Lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), passando a considerar o delito de roubo, em todas as suas modalidades, como crime hediondo, sendo tal modificação irretroativa por força do princípio da legalidade.
- c) A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), modificou a Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), passando a considerar como criminosa a conduta de quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, independentemente de elementos probatórios de conduta criminal preexistente.
- d) A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), modificou a Lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), deixando de considerar como hediondo os delitos de porte e posse de arma de uso restrito.
- e) A Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), modificou a Lei 11.343/06 (Lei Antidrogas), passando a considerar como criminosa a conduta daquele que vende ou entrega drogas a agente policial disfarçado, independentemente de elementos probatórios de conduta criminal preexistente.

39) Julgue os itens abaixo, assinalando a alternativa incorreta:

- a) O princípio da legalidade previsto expressamente na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84), determina que não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.
- b) De acordo com a jurisprudência do STF, é possível afastar o prévio procedimento administrativo disciplinar ou suprir sua eventual deficiência técnica, na hipótese de oitiva do condenado em audiência de justificação no juízo da execução penal, realizada na presença do Ministério Público e defesa técnica.
- c) O princípio da humanidade das penas encontra-se espalhado em diversos dispositivos constitucionais, dentre eles, o que assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, assim como o que garante às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

- d) O princípio da intranscendência da pena determina que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a pena pecuniária ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- e) Segundo a jurisprudência do STJ, a falta disciplinar de natureza grave prescreve em três anos.

40) Sobre o sistema disciplinar na execução penal é correto afirmar que:

- a) O cumprimento de sanção disciplinar em cela escura tem o prazo máximo de duração de trinta dias.
- b) O descumprimento do dever de executar tarefas e ordens recebidas pelo preso não configura falta disciplinar de natureza grave, conforme a Lei de Execução Penal.
- c) Destina-se apenas às penas privativas de liberdade, não existindo faltas disciplinares de natureza grave na execução de pena restritiva de direitos.
- d) A condenação em falta disciplinar de natureza grave implica na perda automática de um terço do tempo remido pelo trabalho ou estudo.
- e) Constitui falta disciplinar de natureza grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.

41) Sobre a progressão de regime de cumprimento de pena, é incorreto afirmar que

- a) O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.
- b) No caso de condenada responsável por pessoas com deficiência, o requisito temporal para progressão de regime será de 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior, além de outros requisitos legais que não foram modificados pela Lei 13.964/2019.
- c) A Lei 13.964/2019, ao dar nova redação ao art. 112 da LEP, vedou a concessão da progressão de

regime ao condenado por crime hediondo com resultado morte.

d) A Lei 13.964/2019 passou a exigir o cumprimento de 50% (cinquenta por cento) da pena para progressão de regime dos condenados por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado.

e) A Lei 13.964/2019 passou a exigir que o condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa somente obtenha a progressão de regime se houver elementos probatórios que indiquem o rompimento do vínculo associativo.

42) A respeito das Autorizações de Saída previstas na Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

a) A permissão de saída não pode ser concedida pelo diretor do estabelecimento prisional para os condenados do regime fechado, pois nesse caso deverá haver autorização judicial.

b) A saída temporária pode ser concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso, mediante escolta, para frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

c) Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, concedida pelo diretor da unidade prisional, sem vigilância direta, nas hipóteses de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão, por prazo não superior a 7 (sete) dias.

d) A saída temporária exige como requisito objetivo temporal o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena, se o condenado for primário, e 1/4 (um quarto), se reincidente, sendo computado para tais frações o tempo de cumprimento da pena no regime fechado.

e) O condenado por crime hediondo com resultado morte, praticado a partir da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), precisará cumprir 50% (cinquenta por cento) da pena se for primário, e 70% (setenta por cento) da pena para obter a autorização de saída temporária.

43) Analise as afirmativas a seguir sobre remição de pena e assinale com V as opções verdadeiras e (F) para opções falsas.

() De acordo com a Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal), o condenado em regime aberto poderá remir parte de sua pena pelo trabalho, mas não pelo estudo.

() De acordo com a Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal), o condenado em livramento condicional

poderá remir parte de sua pena pelo estudo, mas não pelo trabalho.

() A remição não modifica a pena em execução, que permanece a mesma, o tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.

() A remição pela leitura, segundo a Lei de Execução Penal, será feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de leitura.

() O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

Assinale a sequência correta.

- a) V V F V F
- b) F F V V V
- c) V F F F V
- d) F V V F V

44) MÉVIO foi preso em flagrante no dia 15/02/2020, ante a prática do crime de roubo. Mantida sua custódia cautelar, MÉVIO restou condenado nos seguintes termos: pena base de 04 (quatro) anos de reclusão, compensada a agravante da reincidência (por outro delito de roubo) com a atenuante da confissão espontânea, aumentada em 2/3 (dois terços) pelo emprego de arma de fogo de uso permitido, totalizando uma reprimenda de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão em regime fechado. Diante da referida condenação, é possível afirmar que:

- a) MÉVIO terá direito a progressão de regime com o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena, e livramento condicional com mais da 1/2 (metade) da pena em razão da reincidência em crime doloso.
- b) MÉVIO terá direito a progressão de regime com o cumprimento de 30% (trinta por cento) da pena, haja vista a reincidência em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, e livramento condicional com mais da 1/2 (metade) da pena em razão da reincidência em crime doloso.

c) MÉVIO terá direito a progressão de regime com o cumprimento de 40% (quarenta por cento) da pena, haja vista a condenação por crime hediondo e a reincidência não específica em crimes desta natureza, e livramento condicional com mais de 2/3 (dois terços) da pena.

d) MÉVIO terá direito a progressão de regime com o cumprimento 60% (sessenta por cento) da pena, haja vista a reincidência específica na prática de crime hediondo, e livramento condicional com mais de 2/3 (dois terços) da pena.

e) MÉVIO terá direito a progressão de regime com o cumprimento 60% (sessenta por cento) da pena, sendo vedado o livramento condicional pela reincidência específica na prática de crime hediondo ou equiparado.

45) CAIO, não-reincidente em crime doloso, obteve livramento condicional numa condenação de 06 (seis) anos de reclusão por violação ao art. 157, §2º, I e II do CP. Durante o cumprimento do livramento condicional, este revogado pelo juiz da VEP, diante do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória que impôs nova pena de 06 (seis) anos de reclusão por violação ao art. 157, §2º, I e II, CP, crime este praticado antes do início do período de prova, que CAIO respondia na qualidade de réu solto. Diante de tal situação, assinale a opção correta:

a) CAIO não terá descontado na pena o tempo em que esteve liberado, nem poderá obter novo livramento condicional, tendo em vista a sua revogação pela sentença penal condenatória irrecorrível. Com relação a nova condenação, CAIO precisará cumprir mais de 1/2 (metade) da pena.

b) CAIO não terá descontado na pena o tempo em que esteve liberado, nem poderá obter novo livramento condicional, tendo em vista a sua revogação pela sentença penal condenatória irrecorrível. Com relação a nova condenação, CAIO precisará cumprir mais de 1/3 (um terço) da pena.

c) CAIO terá descontado na pena o tempo em que esteve liberado, mas não poderá obter novo livramento condicional, tendo em vista a sua revogação pela sentença penal condenatória irrecorrível. Com relação a nova condenação, CAIO precisará cumprir mais de 1/2 (metade) da pena.

d) CAIO terá descontado na pena o tempo em que esteve liberado e poderá obter novo livramento condicional com a soma das condenações. Para concessão do novo livramento, CAIO precisará cumprir mais de 1/3 (um terço) da pena.

e) CAIO terá descontado na pena o tempo em que esteve liberado e poderá obter novo livramento condicional com a soma das condenações. Para concessão do novo livramento, CAIO precisará cumprir mais de 1/2 (metade) da pena.

46) Assinale a alternativa correta sobre o Acordo de Não Persecução Penal:

- a) A prestação de serviços à comunidade estabelecida como condição para celebração do Acordo de Não Persecução Penal tem prazo máximo de duração idêntico ao da pena mínima cominada ao delito.
- b) Nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça em que a pena mínima cominada for inferior a quatro anos, o Ministério Público poderá propor Acordo de Não Persecução Penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime.
- c) É cabível a celebração de Acordo de Não Persecução Penal em crime de ameaça praticado no âmbito de violência doméstica ou familiar contra a mulher.
- d) O Acordo de Não Persecução Penal poderá ser entabulado diretamente entre o acusado e o membro do Ministério Público, sendo facultativa a presença de defensor ou advogado;
- e) Não se exige a intimação da vítima acerca da homologação do Acordo Não Persecução Penal.

Resposta:

47) Sobre o rito do Tribunal do Júri, considere as assertivas abaixo:

- I. Da decisão de pronúncia, caberá apelação.
- II. O Ministério Público poderá apresentar rol de até 8 (oito) testemunhas para depor em plenário.
- III. O desaforamento poderá ser determinado em razão do interesse da ordem pública ou de comprovado excesso de serviço.
- IV. Tratando-se de crime de grande repercussão midiática, o Ministério Público só poderá fazer a leitura de artigos de jornais ou exibir vídeos sobre os fatos submetidos a julgamento, se o documento tiver sido juntado aos autos com 3 (três) dias úteis de antecedência, dando-se ciência à outra parte.

Estão corretas, apenas:

- a) I e III;
- b) II e III;
- c) I e IV;
- d) III e IV;

e) II e IV;

48) De acordo com o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores:

- a) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.
- b) A Justiça Militar é competente para julgar oficiais e praças das milícias dos Estados no exercício de função policial civil.
- c) No processo penal, a deficiência da defesa técnica constitui nulidade absoluta.
- d) A homologação da transação penal faz coisa julgada material.
- e) A competência para o processo e julgamento do crime de latrocínio é do Tribunal do Júri.

49) Com relação à lei nº 13.964/2019 (“pacote anticrime”), assinale a opção correta:

- a) De acordo com entendimento do STF, a inobservância do prazo de revisão periódica da prisão preventiva acarreta o relaxamento da segregação cautelar.
- b) O poder geral de cautela autoriza que o juízo da custódia converta o flagrante em prisão preventiva de ofício se presentes os requisitos do art. 312 do CPP.
- c) Considera-se fundamentada a decisão que decreta a prisão preventiva utilizando conceitos jurídicos indeterminados.
- d) A necessidade de preservação da cadeia de custódia da prova consiste em construção doutrinária e jurisprudencial, não encontrando expressa previsão legal.
- e) Antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o juiz poderá autorizar, constatado o interesse público, a utilização de bem sequestrado ou apreendido pelos órgãos de segurança pública para o desempenho de suas atividades.

50) Qual o recurso cabível em face de decisão denegatória de Habeas Corpus, proferida por maioria, em Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro?

- a) Recurso em Sentido Estrito
- b) Agravo Interno
- c) Embargos Infringentes
- d) Recurso Ordinário Constitucional
- e) Recurso Especial

51) Marque a assertiva correta sobre a lei nº 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”):

- a) Aplica-se a suspensão condicional da pena aos crimes envolvendo violência doméstica e familiar

contra a mulher;

b) Aplica-se a suspensão condicional do processo aos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher;

c) Aplica-se a transação penal aos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher;

d) É possível substituir a pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos em crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que atendidos os requisitos do art. 44 do Código Penal.

e) Aplica-se o princípio da insignificância aos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher;

52) Sobre o incidente de insanidade mental, infere-se da disciplina prevista no Código de Processo Penal que:

a) Caso a Autoridade Policial verifique, no curso do inquérito, que o investigado possui doença mental, deverá requisitar ao setor de perícias a realização de exame médico-legal de insanidade mental.

b) O incidente de insanidade mental poderá ser instaurado a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

c) O incidente de insanidade mental processar-se-á no interior dos autos principais.

d) A instauração de incidente de insanidade mental suspende o processo e o curso do prazo prescricional.

e) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz poderá ordenar, de ofício, seja este submetido a exame médico-legal.

53) Garrincha foi condenado em primeira instância à pena de 4 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, pela prática de crime de roubo tentado. A sentença transitou em julgado para o Ministério Público e a Defesa interpôs recurso de apelação para impugnar, exclusivamente, a primeira fase da dosimetria da pena, eis que o juiz aumentou a pena base em decorrência dos maus antecedentes, e o regime de cumprimento de pena. Sobre o caso narrado, marque a alternativa correta:

- a) O Tribunal de Justiça não poderá absolver o réu com fundamento na fragilidade probatória, ficando limitado aos tópicos impugnados pela defesa, em decorrência do efeito devolutivo do recurso.
- b) O Tribunal de Justiça poderá aumentar a pena intermediária em razão do reconhecimento da agravante de reincidência omitida pela r. sentença, desde que tenha sido descrita na denúncia, com fulcro no efeito translativo do recurso.
- c) O Ministério Público poderá interpor recurso adesivo requerendo que o órgão ad quem agrave a pena em decorrência da reincidência.
- d) O Tribunal de Justiça poderá determinar que o acusado cumpra a pena em regime inicialmente fechado, uma vez que a matéria foi levada ao conhecimento do órgão ad quem pela defesa.
- e) De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, a defesa poderá impetrar Habeas Corpus concomitantemente à apelação para postular a revogação da prisão preventiva.

54) Sobre a lei nº 9296/1996 (“lei de interceptações telefônicas”), assinale a resposta incorreta:

- a) A decretação de interceptação telefônica poderá ser determinada pela Autoridade Policial no curso da investigação criminal.
- b) Não se admite a interceptação das comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- c) Para que seja decretada a interceptação telefônica, o fato investigado deve constituir infração penal punida com pena de reclusão.
- d) O Ministério Público poderá formular oralmente pedido de decretação de interceptação telefônica ao magistrado no curso da instrução processual penal.
- e) A decisão que determinar a interceptação telefônica será fundamentada, sob pena de nulidade, indicando também a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

55) Assinale a assertiva correta sobre o inquérito policial:

- a) O inquérito policial poderá ser iniciado de ofício nos crimes de ação penal pública condicionada à representação. Exige-se a manifestação do ofendido, porém, para a deflagração da ação penal.
- b) O despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial é irrecurável.
- c) Nos crimes hediondos, o inquérito policial é indispensável para o oferecimento de denúncia.
- d) O ofendido poderá requerer a realização de diligências diretamente à Autoridade Policial, sendo despicienda a presença de defesa técnica para tal mister.
- e) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá representar ao juiz competente, solicitando autorização para realizar a reprodução

simulada dos fatos.

56) Acerca do interrogatório do réu, assinale a alternativa que se encontra em consonância com a legislação pátria e a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) A confissão será irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) Havendo mais de um acusado, serão interrogados conjuntamente.
- c) Se o acusado não atender à intimação para o interrogatório, reconhecimento ou qualquer outro ato que, sem ele, não possa ser realizado, a autoridade poderá mandar conduzi-lo à sua presença
- d) O interrogatório do réu deve ser pessoal, não sendo admitida a sua realização por videoconferência.
- e) É crime previsto na lei de abuso de autoridade prosseguir no interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.

57) Assinale a alternativa correta sobre a lei nº 9.099/95 (lei dos juizados especiais):

- a) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo local de residência da vítima.
- b) Não sendo encontrado o acusado, o juiz suspenderá o processo e o curso do prazo prescricional.
- c) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público poderá propor a suspensão condicional do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime
- d) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá Recurso em Sentido Estrito.
- e) Se, no curso do período de prova da suspensão condicional do processo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime, a suspensão poderá ser revogada pelo juiz.

58) “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo... [*Sobre o cadáver de Antonio Conselheiro*] Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura” (CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 392).

Sobre o positivismo criminológico, observe as assertivas a seguir:

- I. Trata-se de saber que se constituiu a serviço da colonização e do escravismo: os conceitos de degenerescência, atavismo e eugenia eram utilizados como justificativa para os genocídios.
- II. O delito é um ente natural.
- III. A pena é uma importante estratégia de controle social.
- IV. A questão criminal é atravessada pela ideia de livre-arbítrio e pelo consenso conduzido pelo contrato social.

Estão corretas, apenas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

59) Assinale a alternativa incorreta sobre a macrosociologia do pensamento criminológico:

- a) As teorias do consenso partem da premissa de que a finalidade da sociedade é atingida quando os indivíduos compartilham objetivos comuns, aceitando e compartilhando as regras vigentes.
- b) Para a teoria do conflito, a coesão social é obtida a partir da imposição de coerção.
- c) A teoria das subculturas parte de uma visão consensual de sociedade.
- d) A escola de Chicago parte de uma visão conflitiva de sociedade.
- e) A criminologia crítica parte de uma visão conflitiva de sociedade.

60) “Uma em cada quatro mulheres é mantida presa sem necessidade. O relatório "Mulheres nas audiências de custódia no Rio de Janeiro" será apresentado durante o evento virtual "Encarceramento feminino em perspectiva: 10 anos das regras de Bangkok" da Defensoria Pública do Rio, nos dias 11 e 12 de março. O documento busca traçar um perfil completo das mulheres que foram entrevistadas pela Defensoria Pública em razão da realização das audiências de custódia, no período de janeiro de 2019 a janeiro de 2020. Considerando os 533 casos das mulheres que, no momento da audiência de custódia, atendiam aos critérios objetivos para prisão domiciliar, é possível observar que 25% delas, apesar de cumprir os requisitos legais, permaneceram presas preventivamente.” (Matéria veiculada no sítio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em 11/03/2021. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/11123-Uma-em-cada-quatro-mulheres-e-mantida-presa-sem-necessidade>>).

Sobre o tema, assinale a assertiva correta:

- a) A lei 11343/2006, ao permitir a redução de pena em 2/3 para os casos de agentes primários e portadores de bons antecedentes (tráfico privilegiado), apresenta importante instrumento para a redução da população carcerária feminina.
- b) O aprisionamento feminino, ao contrário do masculino, não possui marcadores significativos de raça e classe, refletindo a heterogeneidade social.
- c) Hodiernamente, as prisões femininas encontram-se adaptadas às necessidades das mulheres presas.
- d) A substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar de gestantes ou mães de crianças, nos casos em que o crime não tenha sido praticado com violência ou grave ameaça, consiste em norma de caráter cogente.
- e) Por tratar-se de fato constitutivo de seu direito, incumbe à acusada e à sua defesa técnica a comprovação da existência de prole para fins de substituição de prisão preventiva por domiciliar.

BANCA 3

61) Poder Constituinte é o poder de criar uma constituição e inaugurar, assim, uma nova ordem jurídica, criando também, por consequência, um novo Estado; ou de alterar uma constituição existente, respeitando as regras de procedimento, ou mesmo de conteúdo, por ela definidas. Acerca das especificidades do Poder Constituinte Originário (PCO), e atento à doutrina e jurisprudência dominantes, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O Poder Constituinte Originário deve ser tido como sinônimo de poder de primeiro grau, primário ou genuíno.
- B) Em que pese divergente na doutrina, prevalece que o PCO é um poder de natureza jurídica.
- C) De acordo com o entendimento dominante, o PCO tem, dentre suas principais características, as seguintes: inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado.
- D) A jurisprudência do STF não adota a tese de Otto Bachof de que seria possível reconhecer a existência de normas constitucionais originárias inconstitucionais.
- E) No caso A Última Tentação de Cristo, a Corte IDH entendeu que é possível o controle internacional

de convencionalidade, inclusive em face de normas constitucionais originárias.

62) “Se um indivíduo estivesse disposto a vender a sua força de trabalho, submetendo-se a uma jornada diária de 16 horas por um salário que mal permitisse a aquisição de alimentos, e outro se dispusesse a comprá-la nesses termos, não caberia ao Estado se imiscuir no negócio privado.

O constitucionalismo liberal-burguês afirmava o valor da igualdade, mas essa era vista a partir de uma perspectiva formal. Ele combateu os privilégios estamentais do Antigo Regime e a concepção organicista de sociedade, que tornava os direitos e os deveres, de cada um, dependentes da respectiva posição na estrutura social. Porém, ignorava a opressão que se manifestava no âmbito das relações sociais e econômicas, que permitiam ao mais forte explorar o mais fraco. O constitucionalismo liberal-burguês não incorporava, dentre suas funções, a promoção da igualdade material entre as pessoas.” (SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2019, p. 80)

Sobre o Constitucionalismo Moderno e suas correntes, aponte a alternativa CORRETA:

- A) O marco histórico do Constitucionalismo Moderno são as revoluções liberais burguesas.
- B) Os marcos normativos do Constitucionalismo Liberal são as constituições estadunidense de 1787 e a francesa de 1791. Nelas, foram consagrados os direitos tidos como de 2ª geração.
- C) A primeira Constituição da América Latina a consagrar um Estado Social foi a brasileira de 1934.
- D) O valor consagrado no âmbito do Constitucionalismo Social é a solidariedade ou fraternidade.
- E) O Constitucionalismo Social é a perspectiva dominante até os dias atuais.

63) A classificação de José Afonso da Silva quanto à eficácia das normas constitucionais, em que pese tenha sua relevância teórica, até os dias atuais é utilizada pela Fazenda Pública como tese defensiva em ações que envolvam a judicialização dos direitos prestacionais. Diante disto, e considerando o entendimento que melhor se coaduna com os interesses dos beneficiários dos serviços da Instituição, assinale a alternativa CORRETA

- A) Embora criticável, prevalece na jurisprudência do STF que as normas constitucionais de eficácia limitada são normas não autoaplicáveis.
- B) Em que pese as normas constitucionais de eficácia limitada não tenham eficácia positiva de incidência direta, têm, ao menos, uma eficácia negativa. Por exemplo, legislação infraconstitucional com elas conflitantes serão tidas como inconstitucionais.
- C) O art. 5º, §1º, da Constituição, dispõe que “As normas definidoras dos direitos e garantias

individuais têm aplicação imediata”. Nada obstante sua literalidade, à luz da máxima efetividade das normas constitucionais e que envolvem direitos fundamentais, deve o Defensor Público utilizá-lo por analogia para defender a aplicabilidade direta e imediata também dos direitos sociais.

D) Se a Constituição é, toda ela, norma jurídica, todos os direitos nela contemplados têm aplicabilidade direta, vinculando tanto o Judiciário, quanto o Executivo e o Legislativo. Assim, as normas de princípio institutivo, sobretudo as atributivas de direitos sociais, devem ser entendidas como diretamente aplicáveis e imediatamente vinculantes de todos os órgãos do Poder.

E) O entendimento de que as normas de direitos sociais, por terem caráter meramente programático, são insuscetíveis de conferir direitos subjetivos adjudicáveis, encontra-se superado. No contexto constitucional contemporâneo, a controvérsia não gira em torno da possibilidade de adjudicação, mas dos limites a serem observados por órgãos do Sistema de Justiça quando da implementação desses direitos.

64) Recentemente, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro atuou na qualidade de “amigo da corte” em audiência pública no âmbito da ADPF 635, a chamada ADPF das Favelas. Sobre o instituto do amigo da corte, assinale a alternativa INCORRETA:

A) De acordo com o conceito de sociedade aberta dos intérpretes, fomentado pelo instituto do amigo da corte, todos aqueles que recebem a incidência da norma constitucional devem ser igualmente legítimos intérpretes ou, ao menos, cointérpretes.

B) Em decorrência do art. 138 do CPC, para o STF, a pessoa física não pode ser amicus curiae em ação de controle concentrado-abstrato de constitucionalidade.

C) De acordo com o entendimento mais recente da Corte, caso o Ministro relator do STF inadmita a participação da DPERJ em ação na qualidade de amigo da corte, a decisão é recorrível.

D) É possível, de forma excepcional, a intervenção de amigo da corte em processos subjetivos, quando a multiplicidade de demandas similares indicar a generalização do julgado a ser proferido.

E) De acordo com o CPC, as hipóteses recursais em que terá o amigo da corte legitimidade para recorrer serão os embargos de declaração, assim como no caso de decisão que julgar o incidente de

resolução de demandas repetitivas.

65) Volta Redonda, Município do Estado do Rio de Janeiro, instituiu, por meio de lei local de iniciativa da Vereadora Maísa, o programa “Escola Sem Partido”, em combate à “doutrinação política e ideológica”, proibindo a utilização da expressão a “ideologia de gênero” nos estabelecimentos municipais de ensino. Diante disso, um grupo de cidadãos procurou a Defensoria Pública do Rio Janeiro da Comarca para tomar providências judiciais contra a lei. Você, na qualidade de Defensor(a) Público(a), o que faria?

A) Ajuizaria ação pelo procedimento comum, com pedido liminar, para suspender a eficácia da lei, diante de sua inconstitucionalidade formal e material.

B) Ajuizaria ação civil pública, com pedido liminar, para suspender a eficácia da lei, diante de sua inconstitucionalidade formal e material.

C) Ajuizaria mandado de segurança coletivo, com pedido liminar, para suspender a eficácia da lei, diante de sua inconstitucionalidade formal e material.

D) Ajuizaria ação popular, com pedido liminar, para suspender a eficácia da lei, diante de sua inconstitucionalidade formal e material.

E) Oficiaria o Defensor Público-Geral do Estado para que este, legitimado para a Representação de Inconstitucionalidade, caso entenda cabível, ajuíze ação de controle-concentrado-abstrato, tendo como parâmetro a Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

66) Considerando o status normativo dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o seu procedimento de internalização, bem como o controle de convencionalidade das normas, à luz da doutrina e jurisprudência majoritárias, assinale a alternativa CORRETA:

A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

B) A Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi internalizada na ordem jurídica brasileira com o status formal de emenda à Constituição, hoje, com plena aptidão para produção de seus efeitos externos e internos.

C) Por falta de previsão constitucional e regimental, as Comissões de Constituição e Justiça (CCJs) não podem realizar o controle prévio de convencionalidade das normas.

D) De acordo com o entendimento institucional, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos

devem sempre se sobrepor à ordem jurídica interna, inclusive às normas constitucionais.

E) No âmbito do controle difuso-concreto de convencionalidade, não se exige a observância da cláusula de reserva de plenário.

67) Itaperuna, Município do Noroeste Fluminense, em decorrência da Pandemia e do alto índice de contaminação e óbitos, edita decreto que, dentre as medidas restritivas, determina a suspensão das aulas presenciais nas instituições de ensino municipais. Trata-se, contudo, de região pobre, em que muitas das crianças fazem suas únicas refeições do dia na escola. Você, na qualidade de Defensor(a) Público(a) com atribuição para a tutela coletiva na região, com a finalidade de garantir o direito à alimentação, o que faria?

A) Ajuizaria ação civil pública contra o Município de Itaperuna, exigindo a plena retomada das aulas presenciais, para que se garanta o direito à educação e à alimentação das crianças prejudicadas pelas medidas restritivas.

B) Ajuizaria ação civil pública contra o Município de Itaperuna, exigindo que o ente político forneça merenda escolar aos alunos da rede municipal de ensino em suas residências, garantindo o direito à alimentação e o mínimo existencial daqueles que devem ser tratados com absoluta prioridade.

C) Expediria recomendação para o Município, pleiteando que o ente político forneça merenda escolar aos alunos da rede municipal de ensino em suas residências, garantindo o direito à alimentação e o mínimo existencial daqueles que devem ser tratados com absoluta prioridade. Em caso de negativa, ajuizaria ação de improbidade administrativa em face do Prefeito e do Secretário Municipal de Educação.

D) Em havendo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a DPERJ e o Município sobre o tema, em caso de descumprimento, será o caso de ajuizamento de ação de execução.

E) Ajuizaria ação de improbidade administrativa em face do Prefeito e do Secretário Municipal de Educação.

68) Com base no entendimento dominante do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Deriva-se dos mandamentos dos artigos 6º e 196 da Constituição e da Lei do SUS a responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios, garantindo o fundamental direito à saúde e consequente antecipação da respectiva tutela.
- B) A solidariedade dos entes públicos, no dever de assegurar o direito à saúde, não implica na admissão do chamamento do processo.
- C) No âmbito judicial, a responsabilidade pelo fornecimento de remédios é solidária entre o Estado e o Município, ainda que não seja este de residência do Assistido.
- D) Compreende-se na prestação unificada de saúde a obrigação de ente público de fornecer produtos complementares ou acessórios aos medicamentos, como os alimentícios e higiênicos, desde que diretamente relacionados ao tratamento da moléstia, assim declarado por médico que assista o paciente.
- E) O princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à saúde asseguram a concessão de passe-livre ao necessitado, com custeio por ente público, desde que demonstradas a doença e o tratamento através de laudo médico.

69) À luz do texto constitucional e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa CORRETA sobre o processo legislativo:

- A) Admite-se novo veto por parte do Chefe do Poder Executivo, com republicação da lei, em caso de necessidade de retificação da versão original.
- B) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- C) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito penal e processual penal, direito civil e processual civil.
- D) A Constituição estadual só pode exigir lei complementar para tratar das matérias que a Constituição Federal também exigiu lei complementar.
- E) Em que pese a ausência de previsão na Constituição Estadual, em decorrência do princípio da simetria, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de seu Defensor Público-Geral, tem legitimidade para iniciativa de lei.

70) Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil e o tema da Defensoria Pública na Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

A) É inconstitucional foro por prerrogativa de função para Defensores Públicos.

B) Os Defensores Públicos, assim como os Magistrados e Membros do Ministério Público, possuem as garantias da irredutibilidade dos subsídios, da inamovibilidade e da vitaliciedade.

C) Até 2022, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais. Por isso mesmo, e diante a proximidade com o marco, a exigibilidade judicial para a implantação de unidades da Defensoria Pública não se encontra condicionada ao término do prazo estabelecido na EC n. 80/14.

D) O Defensor Público no Estado do Rio de Janeiro possui poder de requisição em face de entidades públicas ou particulares.

E) As normas da Lei Complementar n. 80/94 de natureza nacional são um importante referencial para os Estados-membros. Contudo, podem estes dispor de forma diversa, desde que reforcem a autonomia da instituição ou a independência de seus membros.

71) Klein procura o núcleo de 1º atendimento da DPERJ e deseja ajuizar uma ação em desfavor da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Alega que é a legítima possuidora de 2 casas construídas em determinado terreno. Ocorre que há uma 3ª casa no terreno que não lhe pertence, mas a medição do consumo dos serviços da CEDAE é realizada por 1 único hidrômetro para as 3 casas, o que tem causado grandes transtornos. Por isso, gostaria que fosse instalado 1 hidrômetro separado para as casas 1 e 2.

Em sede extrajudicial, afirma a concessionária que existe viabilidade para separação. Contudo, não antes da realização de obras internas que são responsabilidade da Assistida. Isso porque, segundo a concessionária, os custos com a instalação do hidrômetro são atribuídos ao consumidor. À luz do caso concreto, aponte a assertiva compatível com a jurisprudência do TJ/RJ.

A) A razão está com a CEDAE. Embora incida o CDC nesta relação, entende o TJ/RJ que exigir da concessionária o custeio de obras internas seria irrazoável. Tal entendimento, contudo, deve ser

criticado pelo Defensor Público e combatido na defesa dos interesses de Klein.

B) A razão está com a CEDAE. Por não incidir o CDC nesta relação, entende o TJ/RJ que exigir da concessionária o custeio de obras internas seria irrazoável. Tal entendimento, contudo, deve ser criticado pelo Defensor Público e combatido na defesa dos interesses de Klein.

C) Embora incida o CDC nesta relação, entende o TJ/RJ que devem consumidor e concessionária ratear as despesas das obras internas. Tal entendimento, contudo, deve ser criticado pelo Defensor Público e combatido na defesa dos interesses de Klein.

D) O CDC deve incidir nesta relação. Por isso, incumbe à CEDAE a instalação de aparelhos medidores ou limitadores do consumo, sem ônus para os usuários. Até que a instalação seja realizada, Klein não pode ser cobrada por qualquer valor.

E) O CDC deve incidir nesta relação. Por isso, incumbe à CEDAE a instalação de aparelhos medidores ou limitadores do consumo, sem ônus para os usuários. Até a implementação da cobrança individualizada, esta deve ser feita pela tarifa mínima, sendo vedada a cobrança por estimativa.

72) Assinale a alternativa incompatível com a jurisprudência do STJ e do STF:

A) É inconstitucional lei estadual que estabeleça prazo decadencial de 10 anos para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública estadual.

B) O pagamento indevido feito ao servidor público e que decorreu de erro administrativo está sujeito à devolução, salvo se o servidor, no caso concreto, comprovar a sua boa-fé objetiva.

C) São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

D) É possível que o candidato a concurso público consiga a alteração das datas e horários previstos no edital por motivos religiosos.

E) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, ainda que por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado, mesmo que integrantes da Administração Pública indireta.

73) Lucas Sant, Policial em Volta Redonda, foi preso em grande operação na região que, dentre as inúmeras diligências investigativas, contou com interceptações telefônicas. Segundo a Denúncia ofertada pelo Ministério Público, diversos agentes de segurança do Sul Fluminense garantiam, em decorrência do pagamento de propina, o funcionamento de determinada facção criminosa. No processo criminal, Lucas foi absolvido por insuficiência probatória. Contudo, em processo administrativo que correu em paralelo, foi condenado à perda do cargo. O feito se valeu de provas

emprestadas do processo criminal. Ademais, Lucas se defendeu no âmbito administrativo sem o suporte de defesa técnica. Com base no caso apresentado e na jurisprudência dominante, aponte a alternativa CORRETA:

A) Diante da absolvição de Lucas no feito criminal e da maior qualidade da valoração da prova neste âmbito, não poderia ter sido condenado no processo administrativo. Em qualquer caso, é possível se valer do mandado de segurança para questionar a análise probatória pelo órgão julgador administrativo, não apenas quanto à suficiência probatória para a condenação, como também para sustentar a ilegalidade da prova emprestada extraída do processo criminal. Por fim, a judicialização também é medida necessária para se anular o processo administrativo por ausência de defesa técnica e consequente violação à ampla defesa.

B) Diante da absolvição de Lucas no feito criminal e da maior qualidade da valoração da prova neste âmbito, não poderia ter sido condenado no processo administrativo. Em qualquer caso, é possível se valer de ação pelo procedimento comum para questionar a análise probatória pelo órgão julgador administrativo, não apenas quanto à suficiência probatória para a condenação, como também para sustentar a ilegalidade da prova emprestada extraída do processo criminal. Por fim, a judicialização também é medida necessária para se anular o processo administrativo por ausência de defesa técnica e consequente violação à ampla defesa.

C) A absolvição de Lucas por insuficiência probatória no processo criminal não impede sua condenação no âmbito administrativo. Contudo, é possível se valer de ação pelo procedimento comum para questionar a análise probatória pelo órgão julgador administrativo, não apenas quanto à suficiência probatória para a condenação, como também para sustentar a ilegalidade da prova emprestada extraída do processo criminal. Por fim, a judicialização também é medida necessária para se anular o processo administrativo por ausência de defesa técnica e consequente violação à ampla defesa.

D) A absolvição de Lucas por insuficiência probatória no processo criminal não impede sua condenação no âmbito administrativo. Ademais, não pode o Poder Judiciário reapreciar o mérito administrativo, mas somente a regularidade e legalidade do procedimento. Ainda, admite-se a prova emprestada no processo administrativo, com algumas condições. Por fim, prevalece que a ausência

de defesa técnica em processo administrativo disciplinar não enseja, por si, a nulidade do feito.

E) A absolvição de Lucas por insuficiência probatória no processo criminal não impede sua condenação no âmbito administrativo. Ademais, não pode o Poder Judiciário reapreciar o mérito administrativo, mas somente a regularidade e legalidade do procedimento. Nada obstante, prevalece que a ausência de defesa técnica em processo administrativo disciplinar enseja a nulidade do feito.

74) Lis, mãe de 4 filhos, negra, e pessoa em situação de rua, dirige-se à maternidade municipal Alyne Pimentel, pois em trabalho de parto. Sem maiores explicações, o médico Gibrail optou por realizar cesárea. Ademais, considerando a situação de vulnerabilidade de Lis, bem como o fato de dar a luz ao seu 5º filho, sem que tenha condições financeiras de mantê-los, Gibrail opta, ainda, por, realizar laqueadura. Isto sem que Lis fosse previamente informada e/ou questionada. Sentindo-se violada em seus direitos mais básicos, diante da notória violência obstétrica perpetrada, Lis procura você. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores quanto à responsabilidade civil do Estado e na busca por reparação devida pelos danos causados a Lis, na qualidade de Defensor(a) Público(a), o que faria?

A) Ajuizaria ação em face do Município e do médico Gibrail. Em que pese a responsabilidade civil do Estado seja objetiva, diante dos transtornos decorrentes do pagamento por meio de precatório, a jurisprudência do STF admite seja colocado o agente público no polo passivo da demanda ao lado do ente político, medida que facilita a concretização do direito do beneficiário dos serviços.

B) Ajuizaria ação em face do médico Gibrail. Em que pese a responsabilidade civil do Estado seja objetiva, diante dos transtornos decorrentes do pagamento por meio de precatório, a jurisprudência do STF admite seja colocado exclusivamente o agente público no polo passivo da demanda, medida que facilita a concretização do direito do beneficiário dos serviços.

C) Ajuizaria ação em face do Município. Isso porque a jurisprudência do STF não admite seja colocado o agente público no polo passivo da demanda, pois o art. 37, §6º, da Constituição, traz uma “dupla garantia”. Contudo, poderá o ente político denunciar à lide o servidor supostamente responsável.

D) Ajuizaria ação em face do Município. Isso porque a jurisprudência do STF não admite seja colocado o agente público no polo passivo da demanda, pois o art. 37, §6º, da Constituição, traz uma “dupla garantia”. Ademais, não poderá o ente político denunciar à lide o servidor supostamente responsável.

E) Ajuizaria ação em face do Município e do médico Gibrail. Em se tratando de responsabilidade civil decorrente de atuar médico, a responsabilidade civil do Estado será subjetiva, permitindo, assim

que o profissional de saúde conste do polo passivo da demanda.

75) Nos termos da Lei Estadual/RJ n. 6.043/11, assinale a alternativa CORRETA:

A) O Poder Executivo poderá qualificar como organização social pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde, incluindo a área da assistência, ensino e pesquisa. Em nenhuma hipótese será permitida a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização social por ato monocrático do Chefe do Poder Executivo ou de qualquer autoridade estadual.

B) Para obter a qualificação de que trata a Lei, a pessoa jurídica de direito privado deverá apresentar certidões negativas referentes a feitos trabalhistas ou criminais e a débitos junto às fazendas estadual e municipal, dispensada com relação aos débitos federais, além de não ter sido punida em razão de contratação com o Poder Público.

C) Para que as entidades privadas se habilitem à qualificação como organização social, exige-se a comprovação do registro de seus atos constitutivos dispondo sobre, dentre outros aspectos, limitações à distribuição entre os seus sócios, embora seja esta permitida.

D) A Organização Social da Saúde está dispensada da observância dos princípios do Sistema Único de Saúde previstos na Lei do SUS.

E) O Estado não poderá assumir a execução dos serviços que foram transferidos à Organização Social.

76) A respeito dos juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos, compreende-se a ideia de que integram um verdadeiro Tribunal Transnacional de Direitos Humanos. Nestes termos, formam um grupo coeso de 07 de julgadores, sobre os quais é correto dizer que

a) Pode-se afirmar que os Estados Unidos podem ter um juiz na Corte IDH, destacando-se que não há necessidade de que tais pessoas que integrem a Corte Interamericana de Direitos Humanos sejam

efetivamente juízes em seus países de origem, bastando que reúnam alta autoridade moral e reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

b) Em tese, é possível haver mais de um juiz da mesma nacionalidade na Corte IDH, até mesmo porque eles são eleitos a título pessoal, o que significa que, uma vez presentes na estrutura da Corte IDH, não mais representam suas nacionalidades.

c) Tal como ocorre na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os juízes são eleitos para um mandato de 04 anos, sendo possível reeleições.

d) É notório que a Corte IDH exerce dupla função, uma consultiva e uma contenciosa, sendo certo que os juízes do órgão formam dois grupos distintos para o exercício de cada uma destas atribuições.

e) O término dos mandatos é um termo peremptório, ou seja, os juízes que estiverem a julgar um caso, durante o qual advenha o implemento do prazo respectivo, deve deixar a Corte e ser, naturalmente, substituído por outro.

77) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos exerce uma função híbrida ou dupla no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Sobre a amplitude de tal expressão, vale dizer que ela está representada na seguinte assertiva:

a) A função híbrida da CIDH quer significar a possibilidade de acusar e julgar, em sentido estrito, um país que se tem como violador de Direitos Humanos, equiparando-se, neste particular, à Corte IDH.

b) A função híbrida da CIDH quer significar, em verdade, a possibilidade de o órgão atuar nos respectivos cenários de direito interno, em tribunais nacionais, portanto, de países que se subordinem à sua jurisdição facultativa.

c) A função híbrida da CIDH representa uma verdadeira flexibilidade de seu atuar, levando-se em conta que a partir do momento em que determina uma medida provisória contra determinado país integrante da Convenção Americana de Direitos Humanos, pode executar seus próprios comandos no direito interno deste país.

d) A função híbrida da CIDH permite sua atuação internacional e, também, nos cenários jurídicos internos dos países submetidos a sua jurisdição, especialmente no que se refere ao pagamento das condenações que prolata, embora sua sistemática não se submeta ao sistema de precatórios.

e) A função híbrida da CIDH pode ser verificada no Sistema Interamericano como a possibilidade de atuar como órgão persecutor da Corte IDH, no sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos, e, também, como órgão político e de monitoramento de todos os países membros da OEA

a respeito dos Direitos Humanos, mesmo que não tenham ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos.

78) Durante o último período de sessões ordinárias, a Corte Interamericana de Direitos Humanos realizou audiência pública acerca do caso *Damião Ximenes Lopes vs. Brasil*. O caso marca a Reforma Psiquiátrica no Brasil que, a propósito, faz, neste mês, o vigésimo aniversário da Lei 10.216/2001. A respeito do assunto, é verdadeira a afirmação no sentido de que

- a) Mencionada Lei institui um programa para implementar melhorias nos locais de internação das pessoas com incapacidades, realçando, sobretudo, prazos determinados para os tratamentos manicomiais, atualmente marcados pelos princípios da brevidade e necessidade.
- b) A partir da audiência pública realizada, ficou demarcada a responsabilidade do Estado brasileiro, que, a partir de tal evento, finalmente, encontra-se apto, interna e internacionalmente, a desenvolver políticas públicas mais efetivas em prol da saúde mental.
- c) Embora a audiência pública tenha se realizado no âmbito da Corte IDH, verifica-se que a realização deste ato em si não se traduz em uma etapa processual propriamente dita, mas um espaço de deliberação da sociedade civil. Nestes termos, vale assentar que, tal como ocorreu no famoso caso *Maria da Penha*, com peso inequívoco no cenário nacional contrário às violências de todas as ordens cometidas contra as mulheres, o caso *Damião Ximenes Lopes* também não chegou a ser alçado ao sentenciamento pela Corte IDH por conta de sua competência *ratione temporis*.
- d) Dentre os comandos atribuídos no desfecho do caso, ocorrido há 15 anos, ponderou-se a necessidade, ainda pendente, de o Estado continuar a desenvolver um programa de formação e capacitação para o pessoal médico, de psiquiatria e psicologia, de enfermagem e auxiliares de enfermagem e para todas as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental, em especial sobre os princípios que devem reger o trato das pessoas portadoras de deficiência mental, conforme os padrões internacionais sobre a matéria.
- e) É equivocado afirmar-se que, na ocasião do desfecho do caso, ponderou-se que, quanto ao recebimento e valoração da prova, os procedimentos seguidos perante órgãos internacionais não estão

sujeitos às mesmas formalidades que as atuações judiciais internas. Em razão de tal realidade, não se pode asseverar que os órgãos internacionais têm o poder de apreciar e avaliar as provas segundo as normas da crítica, o que implica na premência de fixação de maneira rígida do quantum da prova necessário para fundamentar uma sentença.

79) Sobre a Convenção de Belém do Pará, marque a alternativa correta.

- a) Embora se trate de uma normatização exemplar, não há nela espaço para tratar-se da violência institucional de gênero, uma vez que a preocupação incisiva nela presente diz respeito a qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, na esfera privada, já que confeccionada em 1994.
- b) Destaca-se que se trata de um documento reconhecidamente programático na repressão à violência de gênero sem a enunciação de direitos individuais de forma ostensiva e direta.
- c) O caso Alyne Pimentel se trata da primeira condenação sofrida pelo Estado Brasileiro decorrente deste sistema onusiano de proteção dos Direitos Humanos.
- d) Apesar de ser possível fazê-lo, já que a competência consultiva da Corte IDH assim o permite, não há cláusula expressa na Convenção de Belém a respeito do exercício da atividade interpretativa a ser solicitada à Corte IDH.
- e) Apesar de se tratar de uma Convenção de 1994, nela há a previsão de mecanismos de proteção, inclusive, de petições individuais a serem dirigidas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, anote-se, em período anterior àquele de adesão brasileira à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

80) Sobre o Caso Artavia Murillo vs. Costa Rica, muito se discutiu a respeito da FIV (fertilização in vitro) e da liberdade da mulher em levar ou não a efeito seu planejamento familiar. Tratou-se, na verdade, de uma grande oportunidade para a Corte Interamericana de Direitos Humanos lidar com vários e importantes conceitos e temáticas no decurso da sentença que envolvem questões reprodutivas e bioéticas. A respeito das abordagens e conclusões feitas pela Corte IDH, é incorreto afirmar que:

- a) A FIV é “um procedimento no qual os óvulos de uma mulher são removidos de seus ovários, e são então fertilizados com espermatozoides em um procedimento de laboratório. Uma vez concluído isso, o óvulo fertilizado (embrião) é devolvido ao útero da mulher”. Esta técnica é aplicada quando a infertilidade se deve à ausência ou bloqueio das trompas de Falópio da mulher, ou seja, quando um

óvulo não pode passar para as trompas de Falópio para ser fertilizado e posteriormente implantado no útero, ou em casos onde a infertilidade recai no parceiro de sexo masculino, bem como nos casos em que a causa da infertilidade é desconhecida.

b) A Corte toma nota que a Organização Mundial da Saúde não definiu a infertilidade como “uma doença do sistema reprodutivo”. Desta feita, por mais que efetivamente reconheça hipóteses de discriminação indireta em seu *decisum*, que admite que a ofensa ou violação ao direito parta de forma neutra do pretenso agressor (que pode sequer se conceber como tal), a hipótese julgada no caso não seria apta a configurá-la neste particular.

c) O Estado da Costa Rica alegou que “a Declaração Universal dos Direitos Humanos [...] protege o ser humano desde [...] o momento da união do óvulo e do espermatozoide”. Por sua vez, a Corte IDH considera que, de acordo com os trabalhos preparatórios deste instrumento, o termo “nascer” foi utilizado precisamente para excluir o não nascido dos direitos que consagra a Declaração. Extrai-se da manifestação da Corte IDH que os redatores rejeitaram expressamente a ideia de eliminar tal termo, de modo que o texto resultante expressa a plena intenção de que os direitos consagrados na Declaração são “inerentes desde o momento de nascer”. Portanto, a expressão “ser humano”, utilizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, não foi entendida no sentido de incluir o não nascido.

d) A Corte observa que as tendências de regulamentação no Direito Internacional não levam à conclusão de que o embrião seja tratado de maneira igual a uma pessoa ou que tenha um direito à vida.

e) Segundo a Corte IDH, quando do julgamento do caso, a Costa Rica era o único Estado no mundo que proibia, à época ao menos, de maneira expressa a FIV.

81) Sobre o Direito de Resistência, é correto asseverar que

a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos não o contempla.

b) Em sua ótica histórica, não contempla seu exercício pelo uso da violência.

c) Atualmente, ainda que não previsto em documento, é titularizado pelo povo.

- d) O Supremo Tribunal Federal possui decisões recentes referendando-o.
- e) Seguindo a relatoria de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sua utilização circunscreve-se a manifestações orais ou escritas.

82) Sobre os Povos Originários e as Comunidades Tradicionais, pode-se dizer que:

- a) É correto afirmar-se que o povo originário no Brasil é uma comunidade tradicional, mas que nem toda comunidade tradicional brasileira é um povo originário.
- b) Sobre os quilombolas, apesar de só ter havido um reconhecimento formal de sua condição de povo tribal anos depois da abolição da escravatura, com a promulgação da Constituição de 1946, esse reconhecimento não resultou em sua inclusão socioeconômica efetiva nem reparação integral a essas comunidades.
- c) A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos indígenas e aos quilombolas a propriedade de suas terras por ocasião de sua promulgação.
- d) A OIT 169 regulamenta a titulação das terras quilombolas, mas, ao menos até a presente data, não chegou a ser internalizada pelo Brasil.
- e) No caso do Povo Indígena Xucuru, a Corte Interamericana de Direitos Humanos declarou em seu dispositivo o descumprimento do Estado brasileiro da Convenção 169 da OIT, o que não tem relação com a internalização ou não do tratado.

83) O crime de tortura é internacionalmente atrelado a algum tipo de ação ou omissão estatal. A respeito de seu tratamento na órbita nacional e internacional, é errado dizer que

- a) A Convenção Contra a Tortura da ONU, por sua vez, traz a hipótese em que o crime tortura é tratado como crime próprio.
- b) No cenário internacional, o crime de tortura é imprescritível, ao contrário do que vigora no direito interno brasileiro, ressalvando-se o contido no Decreto 4388/2002.
- c) Racismo e Tortura, numa visão conformadora sobre o tratamento dos Direitos Humanos, são crimes imprescritíveis.
- d) O crime de tortura no Brasil, segundo o Superior Tribunal de Justiça, é um crime comum.
- e) O que diferencia o crime de tortura em relação ao crime de maus tratos, segundo a ótica da Corte IDH, é a intensidade do sofrimento impingido na vítima.

84) O Estatuto da Criança e do Adolescente corresponde a uma guinada no tratamento deste público vulnerável, trazendo questões essencialmente humanizantes para dentro da legislação nacional. Importante notar que se trata de um diploma normativo modificado por legislações outras em inúmeros dispositivos. Sobre o ECA e suas Leis Modificadoras, é correto dizer que

a) O Eca se trata de instrumento normativo fruto de intenso debate social e técnico, havendo, desde o seu nascedouro, a contemplação de terminologias escorreitas na perspectiva jurídica e sociológica, como é o caso da expressão *poder familiar*. Neste sentido, verifica-se que enquanto outros diplomas normativos brasileiros precisaram ser alterados para extirparem a expressão *pátrio poder*, no ECA tal alteração sequer chegou a se fazer necessária.

b) O corpo normativo do ECA a respeito de seu sistema recursal contempla as alterações promovidas pela edição do Novo Código de Processo Civil de 2015.

c) A Lei 13.509/2017 veio a estabelecer no ECA o prazo máximo para conclusão do procedimento de habilitação, que será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.

d) Pode-se dizer que apesar de a Lei 12.010/2009 ter alto impacto e importância no aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar, ela permanece entre nós como diploma normativo autônomo, ou seja, que não propiciou alterações no texto do ECA.

e) A revogação do art. 248 do ECA é duramente criticada na doutrina, abolindo-se hipótese salutar de desenvolvimento de trabalho por parte da criança e do adolescente em tempos de crescente desemprego no país.

85) Sobre a escuta especializada e o depoimento especial, está incorreto afirmar que

a) Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

- b) Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
- c) A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento.
- d) O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.
- e) Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente.

86) No julgamento do emblemático HC 143.988/ES, o Min. Edson Fachin, STF, tentou evitar a superlotação do sistema socioeducativo e implementar medidas mínimas em prol de caros direitos dos adolescentes. Na oportunidade, a turma indicou critérios e parâmetros que deveriam ser observados pelos magistrados nas unidades de internação. Dentre tais critérios, é incorreto dizer que se indicou:

- a) A adoção do princípio *numerus clausus* como estratégia de gestão, com a liberação de nova vaga na hipótese de ingresso.
- b) A reavaliação dos adolescentes internados exclusivamente em razão da reiteração em infrações cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa, com a designação de audiência e oitiva da equipe técnica para o mister.
- c) Proceder-se à transferência dos adolescentes sobressalentes para outras unidades que não estejam com capacidade de ocupação superior ao limite projetado do estabelecimento, contanto que em localidade próxima à residência dos seus familiares.
- d) Na hipótese de impossibilidade de adoção das medidas supra, que haja conversão de medidas de internação em internações domiciliares, suspendendo-se o cumprimento do plano individual de atendimento – podendo ser adotadas diligências adicionais de modo a viabilizar o seu adequado acompanhamento e execução.
- e) Que a internação domiciliar poderá ser cumulada com a imposição de medidas protetivas e/ou acompanhada da advertências ao adolescente infrator para cumprimento de outras condições, sob pena de retorno ao estabelecimento de origem.

87) Sobre o instituto da adoção regulado no ECA e as manifestações do Superior Tribunal de Justiça a respeito, aponte a alternativa que está incorreta.

- a) É em tese possível que adoção avoenga ocorra para se afastar o lastro criminal dos pais biológicos.
- b) É requisito da adoção avoenga, quando admitida, que o adotando seja pessoa menor de idade.
- c) Ante a ausência de restrição legal, descabe a imposição de limite de idade para o menor ser adotado por pessoa homoafetiva.
- d) Em que pese o art. 42, § 6º, do ECA estabelecer ser possível a adoção ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento de adoção, a jurisprudência evoluiu progressivamente para, em situações excepcionais, reconhecer a possibilidade jurídica do pedido de adoção póstuma, quando, embora não tenha ajuizado a ação em vida, ficar demonstrado, de forma inequívoca, que, diante de longa relação de afetividade, o falecido pretendia realizar o procedimento.
- e) Para a adoção conjunta, nos termos do § 4º do art. 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável.

88) Marque a alternativa incorreta sobre a extinção das medidas socioeducativas:

- a) A medida socioeducativa será extinta quando o adolescente, no decurso de seu cumprimento, for preso cautelarmente pela prática de crime.
- b) Ao completar 21 anos, a extinção da medida é peremptória.
- c) A qualquer tempo, quando ela realizar sua finalidade.
- d) Quando acometido de grave doença que o torne incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida.
- e) Quanto, atingida a maioridade, estiver em cumprimento de liberdade assistida.

89) Imagine a hipótese em que a genitora, por ser usuária de drogas, confiou a criança a um casal de "padrinhos" (terceiros sem vínculo de parentesco), procedimento que, embora tenha se

dado de maneira irregular, foi acompanhado posteriormente pelo Conselho Tutelar. Diante desta narrativa, assinale a alternativa correta

- a) No caso, se, na residência dos padrinhos, foi proporcionado um ambiente acolhedor, seguro e familiar, em que a criança recebeu cuidados médicos, assistenciais e afetivos, constando do relatório psicossocial elaborado pelo Setor Técnico da Vara da Infância e da Juventude, não há porque reverter tal estado de coisas e institucionalizar a criança.
- b) Há, invariavelmente, de se avaliar o prévio cadastro para que se faça legalmente a colocação em família substituta.
- c) No caso de a criança ser de tenra idade, seu melhor interesse se confunde com o melhor interesse daqueles que detêm a sua guarda.
- d) No caso narrado no enunciado, a hipótese mais adequada seria o ajuizamento, por parte do Ministério Público, de ação de aplicação de medida protetiva, com pedido de busca e apreensão, para promover seu acolhimento institucional.
- e) Não há medida adequada à hipótese nas alternativas formuladas anteriormente.

90) Sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, julgue as alternativas a seguir indicando a opção correta.

- a) Embora tenha ampla aceitação internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança ainda não foi promulgada pelo Brasil.
- b) Independente de ter sido promulgada ou não pelo Brasil, fato é que no corpo da Convenção sobre os Direitos da Criança conta um mecanismo de petições que permite que qualquer cidadão envie a um Comitê criado denúncias sobre violações aos direitos humanos das crianças.
- c) A Convenção sobre os Direitos da Criança trabalha com a dicotomia “crianças e adolescentes”, sendo aquelas os menores de 12 anos e estes as pessoas com idade entre 12 e menores de 18 anos.
- d) Nas justificativas e discussões que antecederam o projeto da Convenção sobre os Direitos da Criança, explicou-se a razão pela qual o tema “liberdade de expressão” das crianças deixou de ser tratado na Convenção, diante especialmente de seus contornos típicos relacionados à livre criação por seus pais.
- e) Nota-se que os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.